



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Nunes Lins, Hoyêdo; Pena Ferrari, Juliana

Produção de espaço e defesa do direito à cidade: crônica de uma saga urbana em Uberlândia (MG)

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 17, núm. 1, enero-abril, 2015, pp. 23-44

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951512003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

PRODUÇÃO DE ESPAÇO E DEFESA DO DIREITO À CIDADE:

CRÔNICA DE UMA SAGA URBANA EM UBERLÂNDIA (MG)

HOYÊDO NUNES LINS
JULIANA PENA FERRARI

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Florianópolis, SC, Brasil

R E S U M O : *Uberlândia, cidade do Triângulo Mineiro (MG), é ilustração do rápido crescimento das cidades médias brasileiras nas últimas décadas. A intensa imigração, ligada a dinamismo econômico que refletiu sua localização estratégica, resultou na multiplicação de áreas carentes representativas de produção de espaço urbano, com persistentes lutas dos moradores por melhores condições de moradia e vida. Situado na periferia leste de Uberlândia, o bairro Dom Almir destaca-se pela forte presença de tais características. Sua trajetória, aqui estudada com base em uma pesquisa de campo, é uma verdadeira saga urbana de produção de espaço e de incansável luta pelo direito à cidade.*

P A L A V R A S - C H A V E : *Uberlândia; reconfiguração urbana; periferização e segregação; organização comunitária; disputa pela cidade.*

INTRODUÇÃO

A paisagem urbana brasileira registrou forte crescimento das cidades médias nas últimas décadas. Em diferentes estados, espaços urbanos com esse perfil exibiram grande dinamismo demográfico, espelhando a atração de contingentes de áreas mais ou menos próximas. Uberlândia, sede de município do Triângulo Mineiro que possuía 600,3 mil habitantes no Censo Demográfico de 2010, 94% em área urbana, pertence a tal grupo. Como tantas outras cidades que magnetizam grandes fluxos migratórios, ela viu serem ampliadas, na esteira de invasões e ocupações de terrenos, suas áreas carentes. Produtoras de espaço, essas ações são crivadas de lutas pelo direito à cidade em busca do reconhecimento institucional e de ações públicas para mitigar mazelas amargadas.

Produção de espaço, nos termos assinalados, e luta pelo direito à cidade, nas condições sugeridas, formam o objeto deste estudo. O foco são os processos ligados à trajetória do chamado bairro Dom Almir, na periferia, talvez mais pobre, de Uberlândia. Procura-se mostrar que, desde o início, os moradores batalharam obstinadamente pelo seu direito à cidade. A interlocução, muitas vezes ríspida e marcada por preconceito e discriminação, envolveu sobretudo a ação do Estado em sua dimensão local.

Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental. Esta última foi conduzida, principalmente, na Prefeitura Municipal de Uberlândia, no Núcleo de Uso e Ocupação do Solo, da Secretaria de Planejamento Urbano, na Secretaria de Habitação Social e no Arquivo Público Municipal. Também foram recolhidas

informações na Pastoral da Terra e na Organização Não Governamental (ONG) Arte e Consciência, presentes na comunidade. Efetuaram-se entrevistas, no segundo semestre de 2011 e no primeiro de 2012, com moradores e uma médica que atuava no local voluntariamente.

O artigo é dividido em quatro partes, excluindo esta breve introdução e as conclusões. Inicia-se com aspectos do debate teórico sobre produção de espaço e luta pelo direito à cidade. Depois, Uberlândia é apresentada como polo regional e destino migratório. Aborda-se, posteriormente, a produção de espaço incrustada no surgimento do bairro Dom Almir. Na última parte, antes das considerações finais, a atenção recai na luta pelo direito à cidade travada pela própria comunidade local, um embate que logrou frutos, mas que está longe do seu final.

PRODUÇÃO DE ESPAÇO E LUTA PELO DIREITO À CIDADE: CONTORNOS DO DEBATE TEÓRICO

Espaço significa, aqui, dimensão espacial da vida em sociedade, talvez a mais importante concretização das relações que conformam o âmbito do social. Essa materialidade é socialmente produzida e reflete a estrutura da sociedade da qual é expressão. Todavia, representando sempre um legado histórico, o espaço afeta, simultaneamente, as relações sociais, condicionando-as em maior ou menor grau.

A escala urbana favorece a observação do caráter social da produção do espaço. Vista como uma “escultura social”, a cidade, sobretudo na esteira do histórico processo de urbanização da sociedade, no sentido de Lefebvre (1970), revela-se como uma síntese de forças que se chocam e se influenciam mutuamente. A forma urbana assim produzida e reproduzida mostra-se permeada de contradições e contrastes que, dentre os quais podem ser citados os problemas ligados à segregação residencial. As vinculadas desigualdades constituem, em conjunto, um espaço socialmente produzido e representam uma estrutura que interfere na reprodução social. Esta é igualmente espacial, já que, de maneira contínua, a “[...] sociedade recria o seu espaço sobre a base de um espaço concreto, sempre dado de antemão, herdado do passado” (LIPIETZ, 1983, p. 22).

São várias as forças que produzem/reproduzem o espaço urbano. Segundo Corrêa (1989), entre os agentes modeladores, estão presentes as esferas da acumulação de capital (proprietários de meios de produção, promotores imobiliários), da propriedade fundiária, da população excluída – que desenha a cidade pela “[...] produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos” (CORRÊA, 1989, p. 30) – e do Estado.

Como instância reguladora, o Estado canaliza as demandas e pressões das demais esferas, mas exhibe um precário equilíbrio nas suas ações. A rigor, no centro ou na periferia do capitalismo mundial, esse agente tende a privilegiar os interesses das camadas mais afluentes da sociedade (HARVEY, 1973; JARAMILLO, 1986). Essa propensão é marcante na produção de meios de consumo coletivo urbano (MCCU), voltados às necessidades em educação, saúde, transporte, dentre outras. Embora sejam necessários à reprodução social e tornem a cidade especialmente “útil” ao capitalismo (LOJKINE, 1976), os MCCU não costumam atrair o interesse do capital privado. Tal impasse, representando um elemento de crise na urbanização capitalista (CASTELLS, 1977; PICKVANCE, 1976), resulta em intervenção pública, a qual,

por não se revelar eficaz, autoriza falar em crise da ação do Estado com respeito à crise urbana (CASTELLS, 1977).

A presença do Estado tampouco é desacompanhada de contradições, visto ser perpassada por conflitos de interesses (LEFEBVRE, 1974). A ação pública é, ela própria, vetor de segregação socioespacial, decorrente seja de planejamento, zoneamento do uso do solo ou obras públicas, para não falar em renovação urbana. Assim, essa intervenção configura “[...] uma nova fonte de contradições e de conflitos” (CASTELLS, 1977, p. 167), enfeixando lutas pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 1974; GOTTDIENER, 1997).

Os embates são particularmente intensos no setor habitacional. Como afirma Saunders (1986, p. 118), entre os mais básicos processos sociais urbanos figuram aqueles vinculados à alocação de “[...] habitação escassa e desejável e à resultante luta em torno desta [a alocação] travada por distintos grupos situados em diferentes pontos da hierarquia habitacional”. Isso reflete a condição da residência como elemento essencial à reprodução ampliada da força de trabalho (LIPIETZ, 1974) e guarda, sobretudo, relação com a racionalidade do capital privado ligado ao setor: produz-se, principalmente (quando não exclusivamente), para a demanda solvável. O mercado de menor renda só se mostra atrativo em certas circunstâncias; quando a má qualidade da construção significa custos muito baixos, a escassez de moradias é tão grande que mesmo imóveis precários logram comercialização a preços altos ou o Estado cria mecanismos especiais de estímulo.

Disso resulta a tendente escassez de habitações para os mais pobres observada em diferentes países (LAMARCHE, 1976). O quadro se desdobra em processos de surgimento/aprofundamento da segregação residencial, qualificada por Lojkin (1981, p. 227) como a “[...] mais forte segregação social: [...] entre locais de residência dos executivos e locais de residência dos operários e empregados”. De fato, quando produzem moradias para os pobres, as empresas privadas costumam construí-las em lugares distantes, onde os preços de terrenos são comparativamente muito baixos.

Assim, também no setor habitacional, cujos problemas sobressaem nas contradições da urbanização capitalista, o Estado é chamado a intervir. Isso ocorre direta e indiretamente, tendo entre as motivações básicas as tensões sociais (e seus efeitos políticos) derivadas da situação de penúria de tal setor (FAUDRY-BRENAC; MOREAU, 1973). Um ponto a ser sublinhado é que, quando cotejadas com os traços gerais do que seria uma intervenção de fato consequente – resultando em oferta de moradias a preços acessíveis para os mais pobres e suficientemente próximas das fontes de emprego –, as ações protagonizadas pelo Estado deixam, muitas vezes, a desejar. Daí o seguinte diagnóstico, de validade aparentemente ampla: “Na maioria dos casos, a intervenção estatal [...] torna-se eventualmente muito cara e não soluciona as crescentes contradições do mercado habitacional” (MINGIONE, 1981, p. 53). Mais do que isso, ela costuma originar problemas. Realmente, a segregação residencial, ligada à construção das habitações em locais distantes e desprovidos de serviços adequados (MINGIONE, 1981), e a especulação imobiliária, associada ao encarecimento da terra provocado pelos investimentos públicos, produzem um distanciamento social cada vez maior dos mais necessitados (HARVEY, 1982).

Lutar continuamente pelo direito à cidade representa, nesse sentido, uma verdadeira sina dos mais carentes. Isso é fato em países centrais e, com mais razão, nos

espaços periféricos e semiperiféricos do capitalismo mundial. Tal luta significa produção de espaço, quer dizer, incessante (re)desenho da paisagem urbana. Uberlândia é um exemplo desse caso.

UBERLÂNDIA, POLO REGIONAL

Uberlândia constituiu-se na segunda metade do século XX como um importante polo regional, o mais destacado do oeste de Minas Gerais. Essa condição manifestou-se em uma vitalidade econômica ligada à atração de investimentos e em um dinamismo demográfico caudatário de fortes imigrações, refletindo, no Triângulo Mineiro, o crescimento industrial observado no Brasil entre os anos 1950 e 1970. Próximo de São Paulo, o município foi envolvido na divisão inter-regional do trabalho em nível nacional.

De fato, Uberlândia teve fortalecido o papel de intermediador comercial, com funções de complementaridade com relação a São Paulo (SILVA *et al.*, 2001). Modernização dos serviços e investimentos federais em infraestrutura foram testemunhados, impulsionando a indústria e o comércio e consolidando o Triângulo Mineiro, particularmente o município em questão, como um *carrefour* de fluxos e interações de grande amplitude. A construção de Brasília não deixou de reverberar nessa direção, pois sua inauguração abriu um período de investimentos em energia e transporte rodoviário que contribuiu para um maior envolvimento da região na dinâmica econômica nacional (GUIMARÃES, 2010).

Esse quadro se fortaleceu, posteriormente, com a expansão dos investimentos industriais, a reboque de iniciativas que seduziram empresas brasileiras e multinacionais. Pôs-se em prática, com efeito, uma agressiva política de atração de investimentos, pela divulgação de atributos locais envolvendo mão de obra (baixo custo e grande disponibilidade), infraestrutura em geral e, especialmente, as possibilidades de conexão entre o Sudeste e o Planalto Central por transporte rodoviário e ferroviário (SOARES, 1988). O eixo da propaganda era a imagem de uma cidade dinâmica e progressista.

Já nos anos 1980 o tecido empresarial revelava-se denso de presença tanto nacional como estrangeira (BESSA, 2004), o que atribuiu ao município crescente destaque industrial *vis-à-vis* outros locais do Triângulo Mineiro, como Uberaba e Araguari. Esse dinamismo incidia particularmente no setor de alimentos, traduzindo a forte conexão com a produção agropecuária, de histórica presença regional, dadas as condições naturais amplamente favoráveis à agricultura: além de fertilidade da terra e estabilidade climática, há boa presença de água e uma topografia apta à intensa mecanização.

Mais recentemente, a centralidade regional de Uberlândia, embalada pelo contínuo adensamento do seu parque industrial, apresenta-se bastante associada ao setor terciário. Contribuem, para tanto, ações como a criação do Entrepósito da Zona Franca de Manaus, em 2010, para reunir funções de distribuição (ENTREPOSTO, 2011) – medida voltada à redução dos custos de logística das empresas envolvidas (QUEIROZ, 2011): em pouco tempo, o número de empresas em operação cresceu rapidamente (BELAFONTE, 2013). Cabe indicar, igualmente, a anunciada instalação, na zona oeste da cidade, do Centro de Distribuição das Lojas Americanas e

da B2W, voltado para produtos encontrados nos *sites* Americanas.com, Submarino e Shoptime (SILVA, 2012).

O Estado, sobretudo na esfera local, e o capital privado, buscando valorização em atividades industriais e no setor terciário – incluindo o segmento imobiliário –, entrelaçaram-se no processo de modelagem do espaço urbano em Uberlândia. Mas eles não foram os únicos agentes implicados, como indica uma dinâmica demográfica na qual a atratividade dos movimentos no *front* econômico sobre fluxos migratórios constitui um importante fator forte. De fato, entre os Censos Demográficos de 1991 a 2010, variou de quase 19% a 21% a participação de moradores (brasileiros natos) de Uberlândia, cujos nascimentos tinham ocorrido fora de Minas Gerais. As origens de maior destaque referem-se aos Estados de Goiás e São Paulo, largamente à frente, e também à Bahia e ao Rio Grande do Norte.

Mostra-se igualmente sugestiva, na participação das migrações no crescimento demográfico de Uberlândia, a presença de contingentes de pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam nesse município em 01/09/1986, 31/07/1995 e 31/07/2005, captados, respectivamente, pelos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Superaram o patamar de 24 mil os residentes que foram assim caracterizados pelo Censo de 1991, representando 6,7% da população de Uberlândia (brasileiros natos) naquele levantamento; totalizaram 31 mil os que foram classificados desse modo no Censo de 2000, atingindo 6,2% da população total do município naquele recenseamento; e somaram 28 mil os indivíduos tipificados dessa maneira no Censo de 2010, com representatividade de 4,6% (Tabela 1).

Assim, parece correto o entendimento de que Uberlândia sobressai no passado recente como um importante destino na mesorregião que se destacou na geografia das migrações estaduais, ao lado da área de Belo Horizonte e das porções sul e sudoeste de Minas Gerais (SILVA *et al.*, 2001). Note-se que, escrevendo no início dos anos 2000, Juliano e Leme (2002) assinalaram que o maior contingente de migrantes para Uberlândia originava-se da própria mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, onde a população rural teria sofrido, nas últimas décadas do século XX, “[...] os maiores decréscimos relativos entre as regiões [estaduais]” (FAUSTO; HORTA, 2002, n.p.). Considerável proporção provinha também de outros municípios, inclusive do sul de Goiás e do norte de São Paulo. Como tende a ser a regra, a grande maioria deslocava-se em busca de oportunidades de trabalho (JULIANO *et al.*, 2001).

Em quarenta anos (1970-2010), a população uberlandense quase quintuplicou e a sua representatividade na população estadual cresceu três vezes (Tabela 2). Uma verdadeira explosão teve lugar entre os censos demográficos de 1970 e 1980, quando a população cresceu 91%, mas a expansão foi notável também nas décadas seguintes. Os dados apresentados na Tabela 1 sugerem que a atração migratória teve considerável influência nesse crescimento.

Tabela 1: Uberlândia: moradores brasileiros natos nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 com cinco anos ou mais de idade que não residiam no município em 01/09/1986, 31/07/1995 e 31/07/2005, por locais de nascimento (regiões e unidades da federação com maior participação)

Unidades da federação	Moradores brasileiros natos por locais de nascimento nas datas dos Censos Demográficos – mil residentes			Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam em Uberlândia nas datas especificadas, por local de residência nessas datas – mil residentes		
	1991	2000	2010	01/09/1986	31/07/1995	31/07/2005
Região Norte	1,1	2,9	4,8	1,5	2,0	1,7
• Rondônia	0,2	0,5	0,5	0,5	0,5	0,1
• Pará	0,3	1,2	2,2	0,4	0,8	0,9
• Tocantins	0,3	0,8	1,4	0,3	0,5	0,4
Região Nordeste	13,8	25,1	31,1	3,4	4,4	6,1
• Maranhão	0,4	1,9	3,4	0,2	0,6	0,9
• Rio Grande do Norte	4,9	6,8	7,0	0,7	0,8	0,5
• Paraíba	2,0	3,3	3,5	0,3	0,2	0,4
• Pernambuco	1,3	2,3	2,8	0,4	0,4	0,6
• Bahia	3,1	6,6	8,8	1,2	1,7	2,2
Região Sudeste	313,7	415,9	508,8	6,9	9,1	7,4
• Minas Gerais	298,0	393,1	482,3	-	-	-
• São Paulo	13,5	20,3	23,3	5,7	8,3	6,5
Região Sul	3,1	6,3	5,8	0,9	1,9	1,1
• Paraná	1,9	4,1	3,7	0,7	1,2	0,7
Região Centro Oeste	34,3	50,1	49,3	11,9	13,7	9,2
• Goiás	31,0	45,1	42,4	9,2	10,7	7,1
• Distrito Federal	1,7	2,1	3,5	1,5	1,1	1,1
Sem especificação/declaraç.	0,4	0,06	3,1	0	0	2,4
Total	366,3	500,3	603,0	24,6	31,0	28,0

Fonte: elaborado pelos autores com dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 – Dados da Amostra.

Tabela 2: Uberlândia e Minas Gerais: evolução da população residente – 1970-2010

Ano	Uberlândia		Minas Gerais (mil)
	Total (mil)	% sobre o total estadual	
1970	126,1	1,1	11.645,1
1980	241,0	1,8	13.651,8
1991	367,1	2,3	15.732,0
2000	501,2	2,8	17.891,5
2010	603,0	3,1	19.597,3

Fonte: elaborado pelos autores com dados dos Censos Demográficos.

Esse dinamismo demográfico trouxe em seu bojo um importante vetor de produção de espaço nessa cidade: um expansivo contingente de pobres, estando a esmagadora maioria à margem dos interesses do capital imobiliário.

PRODUÇÃO DE ESPAÇO EM UBERLÂNDIA: O BAIRRO DOM ALMIR

Dois estudos elaborados no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia, um de meados dos anos 1990 (SHIKI; NEDER, 1996), o outro do início da década seguinte (LEME; NEDER, 2001), mostraram existir grande pobreza e indigência em Uberlândia, afetando a difundida imagem de cidade próspera e fonte de oportunidades para todos. O trabalho de Gomes *et al.* (2001, p. 64), integrante do segundo estudo, informou que Uberlândia apresentava “[...] índice de pobreza populacional de 43,3% [...]. Em termos de família esse percentual é de 39,3%”. A proporção de indigentes constatada atingia 10,7% da população.

Esse “reconhecimento” causou forte impressão, a julgar pela apropriação do tema pela mídia local (MORAIS, 2007; 2011). Todavia, a ampliação dos contingentes de pobres não era de difícil percepção. Mostrava-se sugestivo, por exemplo, o crescimento da informalidade e das atividades tipificadas por baixo rendimento, inclusive na área central da cidade (COELHO; PEREIRA, 2011). Ribeiro, Borges e Cunha (2001) observaram, no início da década de 2000, que o mercado de trabalho informal atingia 44% da população ocupada e que 60% dela (no mercado formal e informal) percebia até três salários mínimos. Especialmente instrutiva era a multiplicação das áreas carentes no tecido urbano. Junto da dinamização do setor imobiliário, que adquiriu grandes terrenos para loteamento e edificação ou posterior venda com lucratividade escorada na especulação, normalmente em meio a complexos vínculos entre as empresas e o Estado local (MOTA, 2003), aprofundou-se a diferenciação socioespacial na escala da cidade.

Integrantes das camadas mais abastadas da população deslocaram-se para bairros ao sul de Uberlândia, tornados mais acessíveis por investimentos públicos (em avenidas, por exemplo) que estimulavam a descentralização residencial. Tais ambientes cresceram em atratividade para famílias de maior renda também em função do *status* ligado à presença de *shopping centers* e outros serviços de alto padrão (SILVA; RIBEIRO FILHO, 2012). Condomínios horizontais fechados proliferaram rapidamente nesses locais, que se afirmaram em conjunto como localização “nobre” da cidade (BOTELHO, 2008). Esse passou a ser o foco do capital privado na produção de espaço em Uberlândia, em sintonia com a conduta sublinhada na primeira seção do artigo, que destaca o interesse na demanda solvável.

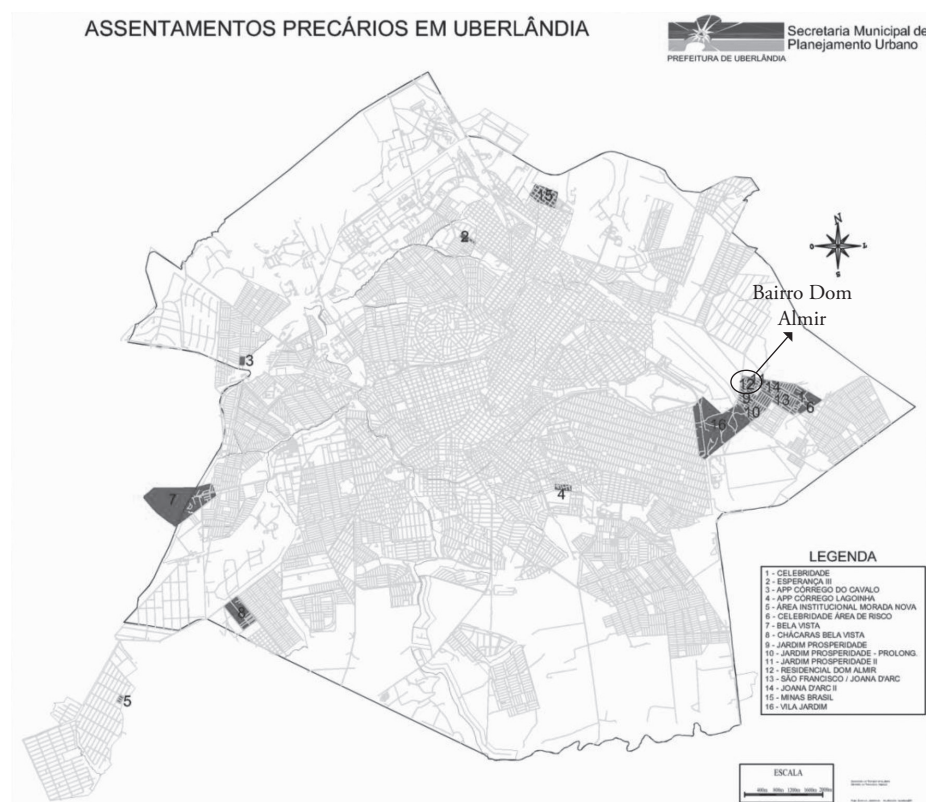
Em contraposição, cresceu sobremaneira a população nas localidades não somente distantes da área central, mas também muito carentes de infraestrutura e diversos tipos de serviços. Em vários bairros periféricos, espaços populares foram constituindo-se e fazendo surgir *continua* urbanos com paisagens crivadas de mazelas dramáticas, evocativas de numerosas necessidades e urgências (MORAIS, 2007). Criadores de espaço, esses processos se manifestaram repetidamente na abertura de loteamentos, intitulados pela linguagem oficial de irregulares ou clandestinos (UBERLÂNDIA, 2009). Na base deles, figuravam, em geral, movimentos de ocupação nutridos principalmente por migrações intraurbanas, protagonizadas por contingentes expulsos de áreas onde a dinâmica do mercado imobiliário afetara os preços dos terrenos e dos aluguéis (SHIKI; NEDER, 1996).

Processos em curso na atualidade fortalecem ainda mais esse padrão urbano, consolidando uma estrutura marcadamente fragmentada. Como informam Alves e

Lopes (2012), ganham corpo novas centralidades – subcentros surgidos no bojo da tendência à descentralização dos novos grandes empreendimentos –, mais ou menos distantes da área central da cidade, em muitos casos relacionadas à instalação de *shopping centers* ou hipermercados. Nessas situações, os efeitos no espaço urbano tomam a forma, quase invariavelmente, de brutal elevação dos preços dos terrenos e dos imóveis em geral, provocando o afastamento das populações de menor renda.

Entre os loteamentos apontados nos documentos oficiais como irregulares, figura o “residencial Dom Almir” (UBERLÂNDIA, 2009, p. 83), localizado na porção leste de Uberlândia, contíguo a vários outros loteamentos com características semelhantes (Figura 1). Sua origem foi uma ocupação urbana iniciada em 1990, período em que Uberlândia já se destacava em termos econômicos e migratórios no plano estadual. O surgimento inscreveu-se no processo de multiplicação de áreas carentes registrado na cidade, mostrando que a pujança da economia não representava acolhimento e absorção para todos: as expectativas sobre o mercado de trabalho confirmavam-se só em alguns casos.

Figura 1: Localização do Bairro Dom Almir



Fonte: Uberlândia (2009, p. 80).

Em meados de 1990, famílias pobres invadiram e ocuparam um terreno público do município, mais precisamente da Empresa Municipal de Construção Popular (EMCOP), no local chamado Parque São Jorge IV, onde instalaram o Acampamento Vila Rica. A reintegração de posse, concedida pela justiça à prefeitura, com ordem de despejo das famílias, resultou na transferência destas últimas pelo poder municipal, após intensa mobilização e forte envolvimento de instituições, sobretudo da Igreja

Católica, para uma propriedade rural (Fazenda Marimbondo) em processo de inventário, com disputa entre os herdeiros.

Essa é a área em que surgiu o Acampamento Dom Almir, como era designado no início, posteriormente transformado em bairro, mantendo o mesmo nome. Como era uma área sem qualquer infraestrutura, pôr o que fosse necessário (água, luz) e agilizar o processo de legalização foram promessas da prefeitura naquele momento. Menos de um ano depois, outro grupo de famílias, oriundas de diversas localidades de Uberlândia, estabeleceu-se em uma área ao lado, que se tornou o “Dom Almir II”.

Em ambos os casos, as famílias eram majoritariamente originárias de locais carentes do tecido urbano de Uberlândia. O estudo coordenado por Shiki e Neder (1996) observou que 84% das pouco mais de 370 famílias então presentes na área do Dom Almir haviam-se deslocado de outros lugares na própria cidade, 12% haviam migrado diretamente de outras cidades e apenas 4%, da zona rural. O grupo mais numeroso habitava Uberlândia há muitos anos (bom número, mais de duas décadas), embora as pessoas tivessem nascido em outros municípios, principalmente da mesor-região Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Não há dados precisos sobre a população local no início da ocupação. Uma estimativa baseada no número de lotes informado pela Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Uberlândia – 219 –, considerando-se cinco pessoas por lote, sugere algo próximo de 1.100 pessoas. Na leva de 1991, em processo que a prefeitura denominou “prolongamento do Dom Almir”, surgiram mais 79 lotes, representando (pelo mesmo critério) mais 395 pessoas. Isso permitiria falar numa população total de 1.500 moradores nos primeiros anos. O advogado da Pastoral da Terra, que acompanha o processo de regularização fundiária do local (tratado mais adiante no artigo), confirmou tal estimativa, fundamentado no cadastro das famílias.

A entrevista com esse advogado agregou outra importante informação: no período em que foi realizada a pesquisa que resultou neste artigo, praticamente todos os moradores do bairro Dom Almir pertenceriam aos grupos que protagonizaram as ocupações em 1990 e 1991. O número de famílias seria quase o mesmo, indicando, desse modo, certa estabilidade da população local durante mais de duas décadas. Mas trata-se de uma apreciação geral, relativa ao conjunto dos movimentos de instalação e, por isso, deve ser vista com alguma reserva: Petuba (2001, p. 103), por exemplo, constatou que, ao final do primeiro decênio da trajetória local, “[...] boa parte das famílias que vieram do Parque São Jorge não [...] [estava] mais no bairro Dom Almir”.

Ainda que relativa, a situação de estabilidade na composição populacional pode ser interpretada de diferentes maneiras. Ela refletiria, de certo ponto de vista, a ausência de alternativas, mesmo durante muitos anos, para bom número de moradores. De outro ângulo, sugeriria a presença de um sentido de resistência, associado à tentativa de garantir a permanência da população no local e defender os direitos a isso vinculados. Ganha força, assim, uma imagem de coesão do grupo, solidificada no decorrer de tão grande período.

Os ocupantes tinham diminuta ou, na maioria dos casos, nenhuma escolaridade (SHIKI; NEDER, 1996) e exerciam atividades com rendimentos muito baixos. Um material jornalístico produzido no calor dos primeiros movimentos informava que “[a] maior parte das famílias vive com um salário mínimo e tem que dividir o dinheiro entre os gastos gerais e ainda remédio e transportes” (GUARANY, 1991, p. 8). O número de desempregados não era pequeno e a necessidade impunha práticas

como a de catar papel. É eloquente a informação apresentada por Shiki e Neder (1996) de que $\frac{3}{4}$ das famílias do bairro Dom Almir apresentavam nível de renda familiar inferior ao valor da cesta básica e pouco menos da metade tinha renda familiar, por equivalente adulto, inferior ao valor de uma ração essencial, indicando fome.

Para os moradores, conseguir trabalho no centro da cidade era muito difícil. Tal dificuldade relacionava-se, em parte, com a distância, que encarecia para o empregador o engajamento de integrantes do bairro Dom Almir em seus negócios, devido ao custo e tempo de transporte. A precariedade do acesso ao bairro, gritante nos primeiros anos, agravava esse problema. Naquele período, era preciso caminhar demoradamente até o ponto de ônibus para aceder ao centro de Uberlândia – daí o frequente atraso na chegada ao trabalho. Tudo isso evoca o problema da segregação residencial, acompanhada de carências extremas e ligada às ações do Estado, como apontado anteriormente.

Mas os problemas iam além. Discriminação e preconceito afloravam nas tentativas de obtenção de emprego. Segundo depoimento de uma moradora captado durante a pesquisa de campo,

[as] pessoas do bairro sofriam muito preconceito, [eram] muito discriminadas. As pessoas saíam daqui para o centro da cidade para arrumar emprego; quando [se] ficava sabendo que eram daqui...; fazia[-se] toda a entrevista, todo o processo de seleção, e quando [se] perguntava “Aonde você mora?”, [e se respondia] “No Dom Almir” [...]. Pronto... O bairro era visto assim, [como só] tendo marginal. Era visto com muito preconceito. (Entrevista concedida a um dos autores por moradora do bairro Dom Almir, de nome Fátima, em novembro de 2011).

O bairro Dom Almir representa, portanto, uma eloquente ilustração da circularidade perversa que castiga as populações urbanas pobres. A condição de pobreza impõe o afastamento das moradias em relação às oportunidades de emprego, isto é, gera segregação residencial. E essa geografia dificulta o acesso ao emprego e pereniza/reforça a condição de pobreza, quadro que inclusive nutre – e simultaneamente reflete – sentimentos de rejeição (com manifestações de preconceito e discriminação) no lado “formal” da cidade, cristalizando a divisão social do espaço urbano (HARVEY, 1973).

Nos primeiros anos, isso significava mazelas como inexistência de infraestrutura básica, especialmente esgoto sanitário e água encanada, no que viria a ser o bairro Dom Almir. A situação motivou, como registrou Petuba (2001), o envio de uma carta de reivindicação das lideranças do então acampamento à Prefeitura Municipal de Uberlândia, solicitando principalmente: urgente disponibilidade de água, rede de abastecimento e também de energia elétrica; materiais para construção; atendimento médico e fornecimento de remédios; urgentes serviços de creche e escola; doação de barracas, até o início das construções das casas, cobertores e agasalhos; providências quanto à presença e adequada frequência de transporte coletivo.

Com tal iniciativa, a luta dessa comunidade pelo direito à cidade ganhava uma nova dimensão, num processo contínuo e permeado de certa organização. Como será destacado posteriormente, o embate começara no período do Acampamento Vila Rica, de onde foram transferidas as famílias que formaram o “primeiro” Dom Almir.

Atualmente, pelo que se logrou captar nas visitas, parecem ser numerosos os moradores do bairro Dom Almir que se apresentam absorvidos pela economia

formal de Uberlândia. É muito difícil fornecer números sobre uma área que, no *site* da prefeitura, era indicada até recentemente como exibindo discordância, quanto à delimitação para fins de levantamento populacional, entre os Setores Censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os Bairros Integrados, definidos pelo governo municipal: “Esta diferença, que ocorre principalmente nos setores Leste [onde se localiza o bairro Dom Almir] e Sul da cidade, não permite inferir a população destes territórios discordantes” (UBERLÂNDIA, [201?], n.p.). Todavia, percebeu-se na pesquisa de campo que vários moradores atuam na construção civil (como pedreiros e serventes) e em serviços (como doméstica, cozinheira, vigilante e mecânico). Além disso, as condições do bairro mostram-se hoje muito melhores do que nos primeiros anos, quando a paisagem era marcada por “[...] plásticos pretos [...] [cobrindo] a maioria dos barracos” e a total ausência de saneamento básico provocava, especialmente nas crianças, problemas de “[...] vermes, desidratação, [...] respiratórios e do sistema nervoso” (GUARANY, 1991, p. 8).

Tabela 3: Indicadores socioeconômicos do Setor Censitário correspondente ao bairro Dom Almir (Setor Censitário 317020605000482), 2010

Itens de observação	Quantidade
População e condições dos domicílios	
População residente em domicílios particulares permanentes	1.105
Domicílios particulares permanentes (DPP)	338
Número médio de residentes em domicílios particulares permanentes	3,27
DPP com abastecimento de água da rede geral	337
DPP com banheiro ou sanit. de uso excl. dos moradores, ligados à rede de esgoto ou pluvial	336
DPP com lixo coletado	338
DPP com energia elétrica	337
Alfabetização	
Pessoas responsáveis pelos domicílios	338
Pessoas responsáveis pelos domicílios alfabetizadas	295
Pessoas de 5 anos ou mais de idade	988
Pessoas de 5 anos ou mais de idade alfabetizadas	874
Renda dos domicílios	
Domicílios particulares permanentes (DPP)	338
DPP c/ rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até 1/8 salário mínimo	0
DPP c/ rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo	14
DPP c/ rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	71
DPP c/ rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	161
DPP c/ rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1 a 2 salários mínimos	75
DPP c/ rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 2 a 3 salários mínimos	5
DPP c/ rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 3 a 5 salários mínimos	1
DPP c/ rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 5 a 10 salários mínimos	1
DPP sem rendimento nominal mensal domiciliar per capita	10
Renda das pessoas	
Pessoas de 10 anos ou mais de idade	908
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rend. nominal mensal de até 1/2 salário mínimo	8
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rend. nominal mensal de 1/2 a 1 salário mínimo	258
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rend. nominal mensal de 1 a 2 salários mínimos	257
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rend. nominal mensal de 2 a 3 salários mínimos	49
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rend. nominal mensal de 3 a 5 salários mínimos	14
Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rend. nominal mensal de 5 a 10 salários mínimos	2
Pessoas de 10 anos ou mais de idade sem rendimento nominal mensal	320

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo Demográfico de 2010 – Dados do Universo.

Dados do Censo Demográfico de 2010, relativos ao Setor Censitário onde se localiza o bairro Dom Almir¹, permitem observar que a totalidade ou a quase totalidade dos domicílios particulares permanentes da localidade apresentam: abasteci-

¹ Setor Censitário 317020605000482, cujo mapa correspondente quase integralmente à identificação do bairro Dom Almir nos documentos da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

mento de água pela rede geral; banheiro ou sanitário de uso exclusivo dos moradores, com esgotamento sanitário pela rede geral de esgoto ou pluvial; coleta de lixo e energia elétrica. Em termos de indicadores sociais, 87% das pessoas responsáveis pelos domicílios são alfabetizadas, assim como 88% daquelas com idade de cinco anos ou mais. Entretanto, no tocante ao nível de renda, quase $\frac{3}{4}$ dos domicílios particulares permanentes registravam rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de até 1 salário mínimo, sendo que 3% não possuíam qualquer rendimento. Pelo ângulo dos moradores, 58% das pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham rendimento nominal mensal de até 2 salários mínimos. Merece realce que mais de 1/3 dessas pessoas não dispunha de nenhum rendimento (Tabela 3).

A melhoria nas condições gerais da localidade inscreve-se num contexto mais amplo de desenvolvimento social em Uberlândia, em curso desde 1991 e intensificado nos anos 2000, como mostra a Tabela 4 – destaque-se que não se pretende propor, aqui, qualquer vinculação direta entre o que ocorreu na cidade como um todo e o que se passou no bairro Dom Almir. De todo modo, deve-se observar que esse desenvolvimento de Uberlândia não significou o desaparecimento de problemas estruturais importantes: em 2010, o *deficit* habitacional da cidade equivalia a 9,1% dos domicílios particulares permanentes, menor que o do Brasil como um todo (11,4%), mas superior ao da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que era de 8,7%. Tal *deficit* incidia majoritariamente nas áreas norte, oeste e leste da cidade (PEREIRA; CUNHA, 2014).

Tabela 4: Uberlândia: indicadores de desenvolvimento social (1991, 2000, 2010)

Indicadores	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,577	0,702	0,789
IDHM Educação	0,366	0,587	0,716
IDHM Longevidade	0,758	0,802	0,885
IDHM Renda	0,691	0,734	0,776
Índice de Gini	0,53	0,56	0,50
% de pobres	12,50	9,01	2,98
% de extremamente pobres	2,50	1,71	0,70
% de vulneráveis à pobreza	36,22	27,45	12,41

Fonte: elaborado pelos autores com base em PNUD, FJP e IPEA (2013).

Seja como for, o percurso do bairro Dom Almir é indissociável do que seus moradores lograram realizar ao longo dos anos como sujeito político coletivo.

DEFENDENDO O DIREITO À CIDADE E (RE)PRODUZINDO ESPAÇO NO BAIRRO DOM ALMIR

A luta dos moradores do bairro Dom Almir pelo direito à cidade representou, segundo Petuba (2001), uma continuidade do que ocorrera durante o breve Acampamento Vila Rica, instalado em terras públicas invadidas e de onde foram transferidas as famílias que formaram o novo assentamento. Portanto, é útil começar pelas ações daquele período.

Importante iniciativa no Acampamento Vila Rica foi a criação de uma Comissão de Frente formada pelas lideranças. Sua principal atribuição era dialogar com o poder

público municipal, notadamente a EMCOP. A articulação em várias frentes, como na Câmara de Vereadores e em outros movimentos sociais, também pertencia ao rol de funções, que ainda incluíam a obtenção de medicamentos em postos de saúde da cidade. No interior do acampamento, a Comissão realizava assembleias para informar sobre as providências tomadas no interesse dos ocupantes na prefeitura e sobre os trâmites judiciais.

Nessas assembleias, discutiam-se procedimentos para pressionar a administração pública e formas de encaminhamento das lutas, inclusive em termos políticos. Isso abrangia passeatas e exigências, publicamente manifestadas, de ações para melhorar as condições locais. Integravam as estratégias a preparação e a distribuição, na cidade, de material informativo sobre as adversidades locais, na tentativa de fazer aderirem à causa outros contingentes ligados às lutas populares e mesmo moradores de Uberlândia.

A Comissão de Frente foi muito ativa nas negociações da transferência dos ocupantes do Vila Rica para o local do Acampamento Dom Almir. A assistência jurídica, na forma de serviços de advocacia no acompanhamento dos trâmites, foi obtida mediante articulações com entidades do movimento popular. A organização da defesa do acampamento, envolvendo vigília para antecipar e rechaçar ações de invasão (da polícia ou de ladrões, por exemplo), foi, igualmente, uma importante atribuição desse grupo de líderes.

A sustentação do embate com a prefeitura redundou na disponibilidade, pelo poder municipal, de um destino (em tese) mais adequado para os ocupantes do Vila Rica e de meios para a transferência. A Comissão de Frente, chamada para conhecer as alternativas de instalação, optou por um local que representava, dentre as opções, a menor distância da área central da cidade. Observe-se que inexistia até mesmo a infraestrutura mais básica, como já ressaltado, mas a prefeitura comprometeu-se a fornecê-la (água, luz, acesso), assim como a promover rapidamente a legalização da área, objetivando a criação de um bairro.

Como a situação encontrada pelas famílias transferidas significou prolongamento de adversidades extremas – falta de água e de luz, para não falar de assistência médica, educação e segurança –, o espírito de reivindicação, mobilização e articulação presente no período anterior foi transferido para o Acampamento Dom Almir, apesar de nem todas as famílias terem vivenciado aquela experiência, conforme constatou Petuba (2001). A Comissão de Frente foi não só mantida, como também teve ampliado o número de participantes. E o mesmo sentido de solidariedade, coesão e resistência coletiva, intenso na outra experiência, marcou presença nos primeiros anos. Evidências eloquentes foram as ações coletivas de edificação das moradias: em que pese a grande precariedade, aparentando serem tendas ou barracos, com cobertura de folhas de lata, plástico, lona ou até papelão (SHIKI; NEDER, 1996), era de autoconstrução que se tratava, com a decisiva ajuda de vizinhos.

A capacidade de ação igualmente se manifestou com respeito ao transporte coletivo. A debilidade do serviço e a própria rejeição de que eram alvo os moradores, tendo em vista a sua aparência, provocaram forte reação e ameaça de conflito. Interpelado e pressionado, o órgão municipal responsável incluiu o Acampamento Dom Almir nas linhas de ônibus da cidade. Um único ônibus, velho e de circulação pouco frequente, passou a ser utilizado para esse fim, uma situação que, assinala-se, não destoa da tendência geral quanto à disponibilidade de meios de consumo coletivo urbanos para os contingentes pobres das periferias das cidades.

No tocante à alimentação, o sentido de coesão e a capacidade de iniciativa também se fizeram notar, objetivando suprir uma improvisada cozinha coletiva. A gravidade das privações impôs a coleta de restos de frutas e verduras em armazéns e no CEASA, assim como a busca de auxílio de instituições de caridade e mesmo de habitantes da cidade, um processo que resultou na realização periódica de um “sopão” (SEM-TETO, 1991). Quanto à água, o atendimento por um caminhão pipa foi a medida – isolada, paliativa e irregular – tomada pela prefeitura nos primeiros anos do que viria a ser o bairro Dom Almir: a imagem de famílias inteiras com baldes de água na cabeça era frequente (GUARANY, 1991), reafirmando a maneira pela qual as necessidades das periferias urbanas costumam ser consideradas nas prioridades do Estado com respeito aos meios de consumo coletivo.

Os problemas de saúde, recorrentes e agravados entre as crianças – devido à fome e às condições de saneamento, que favoreciam doenças, mas também pela presença de animais peçonhentos, como assinalado por Guarany (1991) –, foram enfrentados com o mesmo espírito. Conseguir apoio e doações de pessoas e instituições, incluindo postos de saúde e farmácias, no intuito de obter medicamentos e serviços profissionais gratuitos, foi uma tarefa prioritária da Comissão de Frente. Os esforços frutificaram, como registrou Petuba (2001), pois uma minúscula “farmácia” foi organizada com doações e logrou-se receber a visita esporádica de médicos e até de militares. Com relação à educação infantil, os primeiros anos assistiram ao funcionamento de uma pequena escola improvisada, cuja utilização prolongou-se até a construção de uma escola da rede pública, anos depois.

A vivência dessas dificuldades agudas fez a comunidade do Dom Almir elaborar e enviar à Prefeitura Municipal, por meio de suas lideranças – integrantes da Comissão de Frente –, a carta de reivindicações já mencionada na seção anterior. Essa ação, para além do seu caráter específico e pragmático, foi repleta de significado:

Ao se dirigirem diretamente à Prefeitura Municipal de Uberlândia, os moradores acampados do bairro Dom Almir realiza[ra]m um movimento político de implicações concretas na dinâmica da cidade e na disputa travada com o poder público. Ao assumirem as reivindicações expressas no documento, como fruto de uma situação de privação experimentada por [...] [numerosas] famílias, eles se colocaram como um sujeito social coletivo [...] e trouxeram para si a legitimidade de uma interlocução direta com o poder público (PETUBA, 2001, p. 75).

Essa interlocução foi costumeiramente tensa, conflituosa e pontilhada de avanços e retrocessos, em boa medida por conta da postura rígida da cúpula do poder municipal quanto à disposição para receber os manifestantes e negociar soluções. Uma reportagem do jornal *Correio do Triângulo*, publicada no início de 1992, destacava, com efeito, a recusa do prefeito em ajudar os ocupantes, especificamente os que invadiram a área vizinha, onde havia sido instalado o chamado Dom Almir II, em 1991 (VIRGÍLIO, 1992).

Os moradores acumularam força política, via demonstrações públicas com passeatas (incluindo mulheres e crianças) e ocupações de espaços na Prefeitura Municipal e na Câmara de Vereadores, apoiados por políticos ligados aos movimentos populares. O papel mediador de integrantes da Igreja Católica, com fidelidade às

posições historicamente assumidas pela instituição sobre problemas de terra e moradia para populações necessitadas, também se revelou muito importante e fortaleceu o lado dos acampados (RAMIRES; SANTOS, 2001).

Nos anos 1990, os resultados incluíram a instalação, pela prefeitura, de uma escola de ensino fundamental (1994), um posto de saúde (1995) e uma creche (1996), assim como uma iniciativa de pavimentação (RAMIRES; SANTOS, 2001). Segundo entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, 1999 foi um ano simbólico pelo início das obras de saneamento básico, um processo que se arrastou e representou a única benfeitoria executada pela gestão municipal daquele período. A década de 2000 registrou uma intensificação na melhoria da infraestrutura, refletindo na condição geral do bairro, como se constatou nas visitas ao local.

Opiniões colhidas com os moradores demonstram que, realmente, a situação da localidade mudou muito desde o início do seu percurso. Por exemplo, quando se começou a pesquisa de campo, em 2011, havia pelo menos um supermercado em operação, de propriedade de um morador, que empregava 38 pessoas e apresentava uma rápida progressão do seu faturamento. De toda maneira, o dono não deixou de reconhecer, em entrevista, que o melhoramento das condições gerais do Brasil, mencionando particularmente os programas de transferência de renda do Governo Federal, foi um importante fator no crescimento do seu negócio.

Sobre as administrações municipais, os moradores entrevistados ressaltaram as realizações da gestão 2001-2004. Uma das mais relevantes foi o asfaltamento da via principal, em 2001, a partir da qual se estimulou a instalação de atividades comerciais e serviços que geraram empregos e ajudaram a elevar a condição socioeconômica local. Seja como for, constatou-se na pesquisa de campo que a área asfaltada restringia-se à principal via de circulação – intitulada Avenida Solidariedade –, dando razão às críticas de vários entrevistados ao fato de a prefeitura ter-se preocupado apenas com os locais utilizados pelo transporte público. As atividades comerciais e de serviços estimuladas pela pavimentação instalaram-se ao longo dessa via.

Esse conjunto de intervenções não deixou de ser dificultado pela disputa política entre o grupo à frente do poder municipal e a oposição. Um jornal local informava, em outubro de 2001, que os “[m]oradores pressionava[m] Prefeitura e Câmara: obras de infraestrutura foram embargadas depois de ação da bancada de oposição do governo” (MORADORES, 2001). Devido à situação legal das terras onde o bairro fora instalado, uma liminar sustara as obras, protelando as benfeitorias. É fato que o processo de desapropriação ainda transcorria, mas na prefeitura interpretou-se a iniciativa judicial como tentativa de prejudicar a gestão.

Frente ao impasse, a capacidade de mobilização e reivindicação dos moradores mais uma vez se manifestou. Pouco depois da paralisação das obras, vários deles se dirigiram à Câmara de Vereadores e exigiram a retomada dos trabalhos. Nas palavras indignadas de uma moradora, transcritas na mencionada reportagem, “[a] gente ‘sentou’ eles [os vereadores] lá, nossos impostos pagam os salários deles e eles nos viraram as costas; [...] na próxima eleição eles vão procurar o povo humilde e nós vamos dar a resposta” (MORADORES, 2001, p. A8).

Assim, embora a pesquisa de campo tenha evidenciado a presença de água encanada, rede de esgoto, luz e asfalto na via principal, uma grande carência em serviços públicos, após anos de luta, ainda castigava o local. As opiniões foram unânimes sobre a necessidade de ensino de segundo grau (só havia o ensino

fundamental), creches, postos de saúde, quadras de esportes e rede pluvial. Jovens em idade de cursar o segundo grau tinham que se dirigir a bairros vizinhos, situação que as limitações do transporte público (poucos ônibus) dificultavam ainda mais. A falta de vagas era permanente na creche municipal; o posto de saúde exibia demora no atendimento e uma recorrente ausência de médicos. A rede pluvial representava uma deficiência maior, causando transtornos e provocando manifestações exaltadas dos habitantes.

A ONG Arte e Consciência, criada por uma moradora e em funcionamento na comunidade desde 2006, tem serviços de creche, atendimento médico, centro profissionalizante e fábrica de velas. Seu objetivo, segundo informação oferecida pela coordenadora, é promover o desenvolvimento do bairro. O atendimento médico ocorre em parceria com a Pastoral da Criança, envolvendo os serviços de uma pediatra que, desde 1999, trabalha voluntariamente em projetos sociais no Dom Almir. Essa profissional assim se pronunciou em entrevista: “em termos de pobreza, este [Dom Almir] é o bairro mais pobre que eu atendo. Os outros locais são mais estruturados” (Entrevista concedida a um dos autores pela doutora Ivana Rocha, em novembro de 2011). No período da pesquisa, a médica atendia 18 crianças no local – ação vinculada também à doação de remédios.

Impõe-se, portanto, a conclusão de que o bairro Dom Almir é “resultado” dos esforços da comunidade local. O substrato é uma forte capacidade de mobilização e participação coletiva, forjada em uma vivência conjunta de dificuldades que acabaram por galvanizar uma consciência política notável. Em entrevista, uma assistente social da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano registrou a seguinte impressão sobre os moradores do Dom Almir: “[Esse] [f]oi o povo que mais cresceu politicamente e socialmente em Uberlândia” (Entrevista concedida a um dos autores por uma assistente social dos quadros da prefeitura em março de 2012. Foi solicitado o anonimato).

Essa mesma disposição marca o “diálogo” dos moradores com o que parece ser o principal objetivo da atual luta política deles: a regularização fundiária. Até o momento desta pesquisa, a Prefeitura Municipal não considerava o Dom Almir um bairro propriamente dito, devido a irregularidades na situação fundiária. O problema da regularização arrastava-se há pelo menos duas décadas. Pelas informações da coordenadora do Núcleo de Uso e Ocupação do Solo da prefeitura, o processo fora bloqueado pela contestação dos herdeiros à partilha de uma grande superfície de terra, cujo proprietário, falecido no início dos anos 1960, não tinha deixado testamento. O terreno onde a prefeitura pôs as famílias que formaram o Dom Almir faz parte das glebas resultantes.

A regularização fundiária tornou-se, assim, um dos focos principais da luta pelo direito à cidade entre os moradores do bairro Dom Almir. Nesse embate, contam com serviço de advocacia disponibilizado pela Pastoral da Terra, que move ação em nome de sete mil famílias para regularizar áreas em bairros da periferia leste de Uberlândia. O advogado assinalou em entrevista que o caráter irregular desses bairros, preservado por conta da interrupção no inventário, foi um elemento central nos processos de invasão. Nas palavras dele: “como muitos sem-teto sabiam dos problemas com as terras dos herdeiros Costa, optaram por seguir lideranças locais que ocuparam essas terras de difícil identificação dos proprietários” (Entrevista concedida a um dos autores por advogado da Pastoral da Terra, tendo sido

solicitado o anonimato, em março de 2012). Para os habitantes do Dom Almir, o significado, conforme uma moradora, é este: “Toda a área, toda esta região aqui, ninguém tem o documento da casa. Nenhuma casa tem escritura, só tem a planta” (Entrevista concedida a um dos autores por moradora do Bairro Dom Almir, de nome Fátima, em novembro de 2011).

A regularização da propriedade representa um problema desde o início da trajetória do bairro. Documentos mostrados pelo referido advogado indicam que a prefeitura desapropriou a área em 17 de setembro de 1990 e doou-a em 5 de dezembro à Empresa Municipal de Urbanização e Construções Populares, objetivando urbanizá-la com casas para famílias de baixa renda. Pela documentação, os desapropriados concordaram com a iniciativa naquele momento, mas em meados de 1993 a justiça acatou o pedido de cancelamento da matrícula de regularização do que seria o loteamento Dom Almir.

Esse quadro permanece sem alteração até a atualidade. Quando foi finalizada a pesquisa de campo que subsidiou este artigo, ano de 2012, o local do Bairro Dom Almir era ainda caracterizado como “loteamento irregular” pela Prefeitura Municipal.

Os moradores não permaneceram inertes perante a situação. Após duas décadas sem solução para o problema, famílias do Dom Almir juntaram-se às de outros bairros irregulares da porção leste da cidade – São Francisco, Joana d’Arc, Zaire Rezende, Celebridade, Prosperidade – e criaram, em 2011, a Associação dos Bairros Irregulares de Uberlândia (ABIU). Com a força coletiva de uma associação tão abrangente, os interessados elaboraram uma demanda judicial, por meio do serviço de advocacia disponibilizado pela Pastoral da Terra, com vistas à legalização dos lotes. A solicitação foi vinculada ao projeto “A minha casa agora é minha”. O líder da ABIU afirma ter sido esse o caminho encontrado para tentar a aceleração do processo de legalização, propósito que se inscreve na intenção geral de assegurar o direito das populações periféricas à moradia e às benfeitorias: “Entramos com a petição para garantir os nossos direitos porque achamos que temos direito, sim, à moradia. Temos também direito a escola, saúde, saneamento básico. Temos todos esses direitos” (Entrevista concedida a um dos autores por Marcos Batista Gomes, conhecido como “Marquinho do Megabox”, em novembro de 2011).

Em suma, não obstante o histórico de organização e reivindicação, com notáveis repercussões, a luta pelo direito à cidade continua presente no bairro Dom Almir. Na sua principal frente, voltada à regularização fundiária, o embate mostra-se especialmente desafiador. Como fez questão de ressaltar o líder da ABIU: “Estamos fazendo o que já deveria ter sido feito há anos [...]. Só que aí se ficou esperando, esperando as políticas para fazer média com o sofrimento do povo pobre daqui da região leste de Uberlândia” (Entrevista concedida a um dos autores por Marcos Batista Gomes, conhecido como “Marquinho do Megabox”, em novembro de 2011).

* * *

Como se observou, a luta dos moradores do bairro Dom Almir representou a continuidade de um processo cujas origens precederam a experiência dessa localidade. Esse feixe de ações deve ser situado na trajetória de um movimento social que, desde cedo, exibiu notável capacidade de mobilização e projeção “externa”, destacando-

se, como polo contrário na interlocução, a administração municipal. Desse embate, derivou a instalação do que viria a ser o bairro Dom Almir, onde o sentido organizativo e o empenho na defesa dos interesses das famílias não só se manteve, mas também se fortaleceu e produziu resultados importantes no tocante às condições locais de moradia e de vida.

Os problemas vivenciados, tão agudos quanto carentes de ações públicas à altura de suas necessidades, foram enfrentados sob o signo de uma persistente atuação comunitária, revestida, sem que isso surpreenda, de um forte sentido político. Passadas duas décadas, a luta mostra ter frutificado em diferentes direções. Isso não significa que houve a resolução de todas as dificuldades; permanece, por exemplo, o problema da regularização fundiária. Mas, também em relação a isso, o espírito e a capacidade de mobilização e enfrentamento exibidos durante anos por aquelas famílias na defesa do seu direito à cidade haverão de representar atributos essenciais para que a comunidade vislumbre, no tempo que for necessário, o encaminhamento de uma demanda entendida como crucial sob quaisquer pontos de vista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A (re)produção do espaço urbano, um processo sempre crivado de contradições e permeado de agudos contrastes, impõe às camadas mais desfavorecidas da população o engajamento em renhidas e persistentes lutas pelo direito à cidade. Perante o pouco interesse em relação a suas necessidades, algo demonstrado pelos agentes privados envolvidos na “construção” da cidade, e em face de ações públicas que costumeiramente revelam-se pouco (ou quase nada) eficazes – e até contribuem para agravar ou, ao menos, manter o quadro de carências e dificuldades –, esses grupos fazem da reivindicação estridente e do embate aberto instrumentos recorrentes em ações que vincam o cenário urbano em diferentes latitudes.

As adversidades amargadas e as contundentes reações dos estratos sociais mais necessitados são observadas e afloram notadamente no setor habitacional, esfera de exacerbação das contradições da urbanização capitalista e das ações públicas a elas relacionadas. Penúria em diversos sentidos e com distintas manifestações, segregação socioespacial, escassez dos serviços mais básicos e especulação imobiliária são traços da problemática da moradia enfrentada pelos grupos sociais mais carentes. Lutar continuamente pelo direito à cidade, quer dizer, pela cidadania, mostra-se, nessas circunstâncias, o único (e incontornável) caminho a ser trilhado.

Desse modo, em diferentes experiências específicas, muito – ou tudo – do que tais contingentes em situação precária logram conquistar decorre da sua capacidade de travar o necessário embate e mantê-lo inflamado. Tal conduta marcou, como foi descrito e analisado, a trajetória do bairro Dom Almir.

Com efeito, não parece haver equívoco em asseverar que a mobilização e a organização comunitária são os principais vetores dos resultados alcançados nessa localidade, nos seus pouco mais de vinte anos de existência. Como em muitas experiências, em distintos contextos, e conforme salientado no debate teórico sobre a “questão urbana”, as famílias implicadas produziram espaço lutando pelo seu direito à cidade. O embate obteve êxitos, como ações públicas em infraestrutura e serviços que melhoraram as condições locais, embora ainda perdurem graves insuficiências.

Também as moradias ganharam em qualidade: a alvenaria substituiu as armações de madeira cobertas de papelão ou lona dos primeiros anos, marcando presença, no processo, o sistema de autoconstrução.

Cabe assinalar, de toda maneira, que o bairro Dom Almir permanece como um dos locais mais pobres de Uberlândia. Por conta disso, não deixa de chamar a atenção o fato de, pelo Censo de 2010, essa cidade não apresentar “aglomerados subnormais”, referentes a setores censitários designados, em escala nacional, como “favelas”, “comunidades” ou “grotões”, dentre outros termos que remetem à condição de pobreza. A explicação plausível para a ausência desses aglomerados em Uberlândia é que, certamente, nenhuma localidade ou bairro pobre da cidade, incluindo o bairro Dom Almir, reúne, na ótica do IBGE – forjada no âmbito de interações técnicas entre essa instituição e a Prefeitura Municipal de Uberlândia –, todas as características definidoras dos primeiros, como constituir agrupamento de algumas dezenas de unidades habitacionais (51 unidades) desprovidas de títulos de propriedade (sinalizando ocupação ilegal) e apresentar pelo menos um dos traços seguintes: de um lado, vias e lotes irregulares quanto ao tamanho e à forma; de outro, falta de serviços públicos essenciais, como coleta de lixo, redes de saneamento básico, energia elétrica e iluminação pública.

Seja como for, o que merece realce aqui é a força da ação coletiva por detrás do que se conseguiu de benefícios no bairro Dom Almir, mesmo que várias adversidades sigam afetando a localidade. Esse envolvimento em escala de grupo é indissociável do próprio surgimento do bairro, que implicou, conforme assinalado no artigo, uma ocupação anterior e a transferência negociada com o poder público. O mesmo tipo de participação marcou sua trajetória, que costumeiramente exibiu ajuda mútua em diversas situações de grandes dificuldades. A história do bairro Dom Almir representa, assim, uma saga urbana em que se combinam produção de espaço e forte disputa pelo direito à cidade. Trata-se, sem dúvida, de uma bem acabada ilustração sobre os movimentos sociais urbanos desencadeados em razão dos infortúnios vivenciados pelas populações pobres em distintas áreas urbanas de países como o Brasil.

A mobilização, as reivindicações e a disposição para o embate continuam na ordem do dia no bairro Dom Almir, pois os moradores seguem tentando obter a regularização fundiária. Tal combate parece especialmente desafiador: são vários, ao que tudo leva a crer, os interesses em jogo nas arenas política e institucional.

Hoyêdo Nunes Lins: hnlins@cse.ufsc.br.

Juliana Pena Ferrari: jpf.economia@gmail.com.

Artigo recebido em agosto de 2014 e aprovado para publicação em fevereiro de 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, L. A.; LOPES, M. L. Perspectivas sobre as dinâmicas espaciais em Uberlândia (MG). *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 13, n. 42, p. 216-227, jun. 2012.
- PNUD; FJP; IPEA. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013*. Perfil do Município de Uberlândia, MG. Brasília: PNUD; Fundação João Pinheiro; IPEA, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/uberlandia_mg>. Acesso em: 15 maio 2014.
- BELAFONTE, C. Número de empresas que operam no entreposto em Uberlândia dobra em 1 ano. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 1 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/numero-de-empresas-que-operam-no-entreposto-em-uberlandia-dobra-em-1-ano/>>. Acesso em: 2 maio 2014.
- BESSA, K. C. F. O. Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em

- Uberlândia: o local na era das redes. In: SANTOS, R. J.; RAMIRES, J. C. L. (Org.). *Campo e cidade no Triângulo Mineiro*. Uberlândia: Edufu, 2004. p. 59-91.
- BOTELHO, D. N. *Dinâmica imobiliária e estruturação intra-urbana*: estudo de caso dos condomínios horizontais fechados no setor sul de Uberlândia (MG). 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.
- CASTELLS, M. Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas. In: POULANTZAS, N. (Dir.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 159-329.
- COELHO, O. M.; PEREIRA, M. F. V. O circuito inferior da economia na área central de Uberlândia (MG): avaliação e caracterização. *Geografia*, Londrina, v. 20, n. 1, p. 163-188, jan./abr. 2011.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- ENTREPOSTO da Zona Franca de Manaus em Uberlândia tem treze empresas em operação. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 26 abr. 2011. Disponível em: <[https://www.correioeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/entreposto-da-zona-franca-de-ma-naus-em-uberlandia-deve-movimentar-r-15-bi-por-ano/](https://www.correioeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/entrepосто-da-zona-franca-de-ma-naus-em-uberlandia-deve-movimentar-r-15-bi-por-ano/)> Acesso em: 2 maio 2014.
- FAUDRY-BRENAC, E.; MOREAU, P. Urbanisation et développement capitaliste. *Espaces et Sociétés*, n. 8, p. 71-90, 1973.
- FAUSTO, B.; HORTA, C. J. G. Minas Gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002. p. 1-19.
- GOMES, D. C. et al. Indigência e pobreza em Uberlândia. In: LEME, H. J. C.; NEDER, H. D. (Coord.). *Condições socioeconômicas das famílias de Uberlândia*. Uberlândia: UFU/NEDRU/NEST/CEPES, 2001. p. 50-86.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1997.
- GUARANY, A. D. Almir, a miséria à margem da cidade. *Correio do Triângulo*, Uberlândia, 24 nov. 1991. p. 8. (Cidades).
- GUIMARÃES, E. N. *Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro*: integração nacional e consolidação regional. Uberlândia: Edufu, 2010.
- HARVEY, D. *Social justice and the city*. London: Edward Arnold, 1973.
- _____. *The limits to capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.
- JARAMILLO, S. Crise dos meios de consumo coletivo urbano e capitalismo periférico. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 19-39, 1986.
- JULIANO, A. A. et al. Dinâmica demográfica e caracterização da população. In: LEME, H. J. C.; NEDER, H. D. (Coord.). *Condições socioeconômicas das famílias de Uberlândia*. Uberlândia: UFU/NEDRU/NEST/CEPES, 2001. p. 24-49.
- JULIANO, A. A.; LEME, H. J. C. Transformações econômicas e dinâmica migratória recente na área de Uberlândia: um perfil socioeconômico da população migrante. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Ouro Preto: ABEP, 2002.
- LAMARCHE, F. Property development and the economic foundations of the urban question. In: PICKVANCE, C. G. (Ed.). *Urban sociology: critical essays*. London: Methuen, 1976. p. 85-118.
- LEFEBVRE, H. *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.
- _____. *Le droit à la ville suivi de Espace et politique*. Paris: Anthropos, 1974.
- LEME, H. J. C.; NEDER, H. D. (Coord.). *Condições socioeconômicas das famílias de Uberlândia*. Uberlândia: UFU/NEDRU/NEST/CEPES, 2001.
- LIPIETZ, A. *Le tribut foncier urbain*. Paris: François Maspéro, 1974.
- _____. *Le capital et son espace*. 2. ed. Paris: La Découverte, 1983.

- LOJKINE, J. *Contribution to a Marxist theory of capitalist urbanization*. In: PICKVANCE, C. G. (Ed.). *Urban sociology: critical essays*. London: Methuen, 1976. p. 119-146.
- _____. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MINGIONE, E. *Social conflict and the city*. Oxford: Basil Blackwell, 1981.
- MORADORES pressionam Prefeitura e Câmara: obras de infra-estrutura foram embargadas depois de ação da bancada de oposição do governo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 11 out. 2001. p. A8.
- MORAIS, S. P. *Empobrecimento e "inclusão social": vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004)*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- _____. Vida urbana, imprensa e pobreza (Uberlândia-MG 1980-2000): notas de uma Pesquisa. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 16, n. 2, p. 431-462, 2011.
- MOTA, H. M. Evolução urbana de Uberlândia: uma cidade do Triângulo Mineiro de porte médio e em contínuo crescimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.
- PEREIRA, H. D. L. B.; CUNHA, S. T. C. *Uberlândia: qualidade das moradias – 2010*. Uberlândia: UFU/IE/CEPES, 2014. (Pesquisas).
- PETUBA, R. *Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do Bairro D. Almir – Uberlândia (1990-2000)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.
- PICKVANCE, C. G. Introduction: historical materialist approaches to urban sociology. In: _____. (Ed.). *Urban sociology: critical essays*. London: Methuen, 1976. p. 1-32.
- QUEIROZ, D. *Evento na SUFRAMA debate redução de custos logísticos para o PIM a partir da utilização do entreposto da ZFM em Uberlândia*. Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 14 jun. 2011. Disponível em: <https://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=11174>. Acesso em: 2 maio 2014.
- RAMIRES, J. C. de L.; SANTOS, M. A. F. Exclusão social em Uberlândia: algumas reflexões a partir do Bairro Dom Almir e seu entorno. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 2, n. 4, p. 73-87, out. 2001.
- RIBEIRO, R.; BORGES, M. M. C.; CUNHA, S. F. O mercado de trabalho em Uberlândia. In: LEME, H. J. C.; NEDER, H. D. (Coord.). *Condições socioeconômicas das famílias de Uberlândia*. Uberlândia: UFU/NEDRU/NEST/CEPES, 2001. p. 87-107.
- SAUNDERS, P. *Social theory and the urban question*. 2. ed. London: Hutchinson, 1986.
- SEM-TETO do Dom Almir vivem dias de angústia e tristeza. *Correio do Triângulo*, Uberlândia, 10 out. 1991. p. 5. (Cidade Geral).
- SHIKI, S.; NEDER, H. D. (Coord.). *Condições socioeconômicas das famílias na periferia de Uberlândia*. Uberlândia: UFU/Centro de documentação e Pesquisa Socioeconômica, 1996. (Série: Relatórios de Pesquisas, n. 001).
- SILVA, F. Centro de Distribuição vai gerar 2,3 mil empregos em Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 10 maio 2012. Disponível em: <<https://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/centro-de-distribuicao-vai-gerar-23-mil-empregos-em-uberlandia/>>. Acesso em: 2 maio 2014.
- SILVA, K. N.; RIBEIRO FILHO, V. Desenvolvimento socioespacial e dinâmica urbana da zona sul da cidade de Uberlândia. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 31, p. 69-78, 2012.
- SILVA, V. A. et al. Aglomeração Urbana de Uberlândia (MG): formação socioeconômica e centralidade regional. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.). *Migração e ambiente nas aglomerações urbanas*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001. p. 195-223.

- SOARES, B. R. *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. *Plano Local de Habitação de Interesse Social de Uberlândia*. Diagnóstico Estratégico de Habitação de Interesse Social. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2009.
- _____. Prefeitura Municipal. *População*. Uberlândia: Prefeitura Municipal de Uberlândia, [201?]. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=secretariasOrgaos&s=56&pg=135>>. Acesso em: 27 maio 2014.
- VIRGÍLIO reafirma que não dará apoio a invasores sem-teto. *Correio do Triângulo*, Uberlândia, 21 jan. 1992. p. 10. (Cidades).

ABSTRACT: *Uberlândia, a town located in the Triângulo Mineiro (MG), represents a good illustration of the rapid growth witnessed in many Brazilian medium-sized towns in the last decades. Strong immigration, largely due to economic dynamism that reflects Uberlândia's strategic location, has led to a proliferation of poor areas, meaning production of space and persistent struggles involving dwellers in search of better conditions in terms of housing and life. Settled in the eastern periphery of the town, the bairro Dom Almir shows up prominently in what concerns such kind of features. The path it followed, looked upon also by means of a specific fieldwork, looks like a true urban saga of space production and fight for the right to the city.*

KEYWORDS: *Uberlândia; urban reorganization; peripherization and segregation; community level organization; struggle for the city.*